

Caminhos e desafios

Diferentemente do que ocorreu no começo do ano, nos estertores do Plano Cruzado, não se está verificando agora, quando se encerra o congelamento de preços, a fúria remarcatória que desestabilizou a economia pós-cruzado e lançou o País em grande perplexidade social e política. Este é, entre outros, motivo de confiança no próximo desenvolvimento do quadro econômico e uma razão a mais para que se solicite do Governo a máxima responsabilidade na condução desse complexo processo.

A ausência de remarcações generalizadas e irracionais — quanto se deva esperar alguns reajustes para os próximos dias — decorre simplesmente do fato de que o congelamento não se manteve estático em todo o período, tendo se permitido realinhamentos que restabeleceram em muitos casos os preços relativos. De fato, é mandamento elementar da economia que se mantenha a relação entre um preço e outro de modo a assegurar que todos os agentes sejam remunerados. Fora disso desaparece a lógica do processo e o congelamento não funciona. O Plano Cruzado não teve essa sensibilidade.

Mais racional, porque menos rígido, o congelamento do Plano Bresser chega ao fim sem alterações substanciais no quadro psico-social, como ocorreu no passado, e com algumas conquistas no plano econômico, a principal delas a reversão da perspectiva inflacionária do primeiro semestre do ano, algo que, não contido, teria sem dúvida deslançado um processo de crise política devastadora. Mas a crise não passou. Toda a vulcânica potencialidade da inflação brasileira continua latente, prestes a eclodir, se sua causalidade estrutural não for administrada.

Por mais que divirjam os técnicos no diagnóstico, duas vertentes básicas podem ser nitidamente identificadas na origem da crise in-

facionária brasileira: o déficit público, em relação ao qual todos falam mas ninguém age; e o desequilíbrio gritante entre oferta e demanda de bens e serviços na economia. Este último fenômeno, de grande importância, tem sido historicamente relegado pelo Governo. A equalização de oferta e demanda é uma condição rigorosamente essencial à estabilidade monetária, mas é, ao mesmo tempo, situação típica das economias subdesenvolvidas. A reversão do quadro é difícil, não pode ser obtida a curto prazo — notadamente numa economia compulsoriamente exportadora como a nossa —, mas precisa ser buscada com todas as energias que se possa mobilizar. Há que aumentar a produção a fim de que as leis naturais do mercado de fato funcionem.

Registrada a preliminar — uma justa homenagem à economia de mercado, na qual cremos e à qual buscamos — registre-se também que os processos espontâneos de desenvolvimento em países com fortes desequilíbrios interregionais e interpessoais, como é o nosso caso, nunca se dirigem à diminuição das desigualdades, mas ao seu agravamento. É uma consequência lógica dos desequilíbrios na relação de poder, intimamente associados aos desequilíbrios na repartição da riqueza. Uns e outros interagem e mutuamente se realimentam, sendo impossível saber-se, como na história do ovo e da galinha, em que momento um é causa e outro efeito.

Esta constatação produzida pela história econômica nos leva a admitir a intervenção corretiva do Estado no processo de desenvolvimento, dai porque, nesta fase da vida brasileira, reputamos essencial que o Estado medie as relações econômicas visando impedir que os desequilíbrios na relação de poder produzam seus efeitos. É preciso, porém, que o Estado seja competente e justo, duas condições nem sempre presentes na história

do País. Competente e justo para promover a ascensão dos grupos sociais e econômicos que se encontram em desvantagem na correlação interna do sistema de poder e para não permitir — como aliás tem permitido — que se agrave a concentração.

Esta reflexão nos vem a propósito de numerosas situações presentes no cotidiano brasileiro, como, por exemplo, a dos bancos, o mais forte e invulnerável feudo de poder no País. Até hoje não se verificou, por parte do Estado, qualquer arranhão nessa estrutura formidável que mantém com o sistema produtivo uma relação opressora e confiscatória. É curioso como até mesmo por estratégia de política econômica — como a de reprimir consumo — o Governo sanciona a elevação dos lucros dos bancos, chegando ao paroxismo de brindá-los com o adiamento do recolhimento de impostos. Neste segundo semestre de 87 os bancos deverão apropriar rentabilidade líquida da ordem de 50 bilhões de cruzados somente com o adiamento dos impostos, algo inteiramente grotesco num País em frangalhos.

Os bancos são mero exemplo, como dezenas de outros que se poderia citar sem muito recurso à memória. Pois bem. Esses desequilíbrios conferem extraordinário poder a segmentos específicos da economia brasileira, gerando, como consequência inevitável, a redução do poder dos segmentos periféricos do sistema econômico. Conquanto o Governo, enredado na esterilidade das suas aflições estritamente políticas, se recuse a desafiar esses quistos de poder, é imperioso que o faça antes que possa proclamar que "a tempestade passou". A tempestade não vai passar enquanto não se estabelecer uma equânime correlação interna de poder entre os numerosos grupos sociais do País, capaz de impedir que uns se apropriem da renda dos outros.

A intervenção do Estado deve portanto persistir, mas se reclama seja mais competente e mais justa.